

DO SILÊNCIO À VISIBILIDADE MATERNA: O CAMINHO DA HISTÓRIA DAS ESTUDANTES MÃES NO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA NO CENTRO - SUL CEARENSE

Priscila Thaiana Alves de Oliveira¹

Maryland Bessa Pereira Maia²

RESUMO

O estudo discute o percurso histórico de estudantes mães do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, Ciências e Letras (FECLI), em Iguatu-CE, articulando maternidade e formação no ensino superior. Fundamentado nas reflexões de Perrot (2015), que destaca a necessidade de ruptura do silêncio histórico imposto às mulheres, e de Colling (2021), que analisa a constituição da cidadania feminina no Brasil, o trabalho evidencia como as estudantes mães vivenciam o “princípio da ausência”, isto é, apesar de existirem como sujeitas sociais, permanecem invisibilizadas nos espaços educacionais. Metodologicamente, a investigação utiliza o materialismo histórico-dialético, conforme orientação de Marx e Harvey (2013), articulando pesquisa bibliográfica e aplicação de questionários. Os resultados apontam para a invisibilidade da condição de maternidade na universidade, a sobrecarga de tarefas cotidianas e a falta de suporte institucional, fatores que contribuem para processos de exclusão social e dificultam a permanência e a formação docente dessas mulheres.

Palavras-chave: Estudantes mães; Maternidade e educação superior; Permanência estudantil; Licenciatura em Pedagogia; Visibilidade materna.

1. INTRODUÇÃO

“A todas as mulheres que foram silenciadas, aquelas que lutaram para serem ouvidas, e as que gritam a plenos pulmões.” Marina Romanelli

A presença crescente de mulheres no ensino superior tem trazido à tona tensões e contradições que atravessam as trajetórias acadêmicas: entre a ampliação do acesso e as persistentes barreiras estruturais que condicionam a permanência e a visibilidade de certas trajetórias de vida, destacadamente as das estudantes que são mães. Essa simultaneidade conquista do espaço universitário e manutenção de invisibilizações sociais exige deslocamentos analíticos que articulem estudos de gênero, políticas educacionais e estudos da

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, email: priscila.thaiana@aluno.uece.br

² Professora do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará – UECE, email: mary.bessa@uece.br





maternidade para compreender como as instituições formadoras de professores reproduzem ou enfrentam a desigualdade reprodutiva e de cuidado. Pesquisas recentes têm chamado a atenção para a necessidade de pensar a maternidade não apenas como uma condição biográfica, mas como categoria analítica que se cruza com raça, classe e regime de cuidados na universidade

Destarte, o tópico da maternidade e da educação superior tem sido objeto de diversas investigações, nas quais se destaca, de maneira mais pronunciada, a questão da sobrecarga laboral, a vulnerabilidade da saúde feminina, a significativa carga de responsabilidades tanto domésticas quanto profissionais, e a fragilidade da saúde mental. Em 2024, o portal De Mãe em Mãe³, com 872 mães brasileiras revelando um cenário alarmante, o qual mais da metade das participantes classificavam sua saúde mental como regular ou ruim “reforçam o impacto direto da desigualdade nas tarefas domésticas, da ausência de redes de apoio estruturadas e da dificuldade em acessar momentos de autocuidado”.

Essa circunstância se agrava ao analisarmos municípios do interior do nordeste brasileiro, onde as políticas de apoio estudantil se tornam cada vez mais essenciais. A exemplo da pesquisa de Soares (2022) que analisa a política de assistência estudantil na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) com foco nas condições de permanência de estudantes mães, especialmente desde a implementação do auxílio-creche. O trabalho conclui que as políticas de assistência têm um impacto definidor para essas estudantes mães tornando-se um vetor imprescindível para a permanência no ensino superior.

É pertinente destacar que, nos últimos anos, os estudos acerca de estudantes mães, apesar de evidenciar os desafios enfrentados, têm contribuído para revelar uma situação que anteriormente permanecia oculta. Assim, diante desse quadro este artigo propõe mapear historicamente como a presença e as vozes das estudantes-mães nas licenciaturas foram (e são) produzidas, apagadas e recuperadas.

2. MULHERES: DO LAR A ESCOLA

A história das mulheres é construída através de um discurso rico de coragem e muita luta. Nada foi fácil. Não tem sido fácil. Muitas foram marginalizadas, esquecidas e excluídas nesse percurso histórico. É um trabalho árduo escrever sobre elas, e digo isto me referindo a várias áreas, embora, tenham, por vezes, desempenhado papéis importantes na política, ciência, arte, docência, economia e movimentos sociais... “Sua presença é frequentemente

³ Disponível em: www.demaemae.com.br Acessado em: 18 de novembro de 2025





apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios.” (PERROT, 2015, p.21).

Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

Ainda que as mulheres venham se “destacando” em diversas áreas, é preciso constar aqui, o quanto tiveram que lutar para serem reconhecidas, primeiramente como ser humano, segundo como mulher e terceiro como um ser inteligente, crítico e intelectualmente capaz. Diversas foram as barreiras encontradas para ocuparem seus lugares na sociedade. É de conhecimento de todos que à mulher era negada o direito do conhecimento, a elas era ensinado apenas a esperar pelo casamento. Michelle Perrot (2005) destaca que “o silêncio das mulheres foi longamente construído” e que sua exclusão dos espaços públicos, incluindo a escola, sustentava-se por um sistema simbólico que atribuía ao feminino a interioridade, a fragilidade e a dependência. Assim, a casa não apenas delimitava um território, mas também instaurava uma função social: a de guardiã do lar, da moral e da família.

Perrot (2015, p. 15) expressa que “no século XVIII ainda se discutia se as mulheres eram seres humanos como os homens ou se estavam mais próximas dos animais irracionais”. Essa situação perdurou até o século XIX, com a possibilidade do ingresso na universidade.

Comungando com esse debate Heleieth Saffioti (1979), importante pensadora brasileira, analisando a relação entre patriarcado e capitalismo, mostra como a divisão sexual do trabalho estruturou a inferiorização da mulher, colocando-a no polo da reprodução, enquanto aos homens cabia o espaço produtivo e público. Na leitura da autora, a ausência das mulheres na educação formal não era um acaso histórico, mas um mecanismo próprio de manutenção das desigualdades de gênero: “a exclusão escolar é parte orgânica da subordinação feminina” (Saffioti, 1979, p. 68). Assim, a escola, que poderia representar um espaço de emancipação, tornou-se, durante longos períodos, inacessível para a maioria das mulheres, especialmente as pobres e racializadas.

Na realidade enquanto as mulheres estavam em casa, sendo instruídas aos afazeres do lar e à preparação para o casamento, os rapazes nobres viajavam para fora do país, buscando nos estudos instrução e conhecimentos necessários. Como afirma Duarte (2003, p. 152):

Quando começa o século XIX, as mulheres brasileiras, em sua grande maioria, viviam enclausuradas em antigos preconceitos e imersas numa rígida indigência cultural. Urgia levantar a primeira bandeira, que não podia ser outro senão o direito básico de aprender a ler e a escrever (então reservado ao sexo masculino). A primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas data de 1827, e até então as opções eram uns poucos conventos, que guardavam as meninas para o casamento, raras escolas particulares nas casas das professoras, ou o ensino individualizado, todos se ocupando apenas com as prendas domésticas. E foram aquelas primeiras (e poucas) mulheres que tiveram uma educação diferenciada, que



A mulher começa a ter consciência de um papel bastante diferente e importante na sociedade e que por meio das letras pode dar voz aos anseios e angústias de muitas mulheres, desde sempre reclusas e diminuídas. As mudanças começam. Em 1827 surge a primeira lei educacional no Brasil, determinando que nas “escolas de primeiras letras” do Império, meninos e meninas estudassem separados e tivessem currículos diferentes, permitindo a elas o direito de frequentar escolas elementares e assim iniciando uma certa “independência” em relação à escrita. Porém vale ressaltar que esses estudos se baseavam apenas em aprender a ler, escrever, cozinhar, bordar e demais coisas voltadas para o casamento e criação dos filhos. Elas não tinham na escola todas as disciplinas iguais aos dos meninos. Em matemática, as meninas tinham menos lições do que os meninos, enquanto eles aprendiam diversos conteúdos, elas não podiam aprender além das quatro operações básicas. Apenas as disciplinas de português e religião eram comuns aos dois gêneros.

Apenas em 1879, as mulheres conquistaram o direito de frequentar o ensino superior, mas essa conquista rendeu também muitas lutas. Supostamente livres para entrar em uma “igualdade” de direitos ao conhecimento, enfrentaram diversas dificuldades, pois continuavam sendo vistas somente como mães e esposas, pela família patriarcal. Pinheiro (2021, p. 151), explica que:

educação e o magistério conduziram a mulher para uma realidade aparentemente livre, mas que ainda precisava ser melhorada, pois a mulher continuava sendo vista apenas como mãe e esposa. Esse universo limitado provocou na mulher novos anseios que não puderam mais ser controlados”

Dentro de um espaço “semipúblico”, as atividades se intensificaram sob um ambiente antifeminista velado por uma vigilância restritiva, que impedia o avanço das mulheres em espaços mais amplos. De qualquer forma, foram pequenos passos que renunciaram a longa caminhada que os movimentos feministas oriundos no século XIX iriam trilhar nos anos posteriores ao século XX.

O século XX trouxe importantes transformações para a posição feminina, permitindo que vozes antes silenciadas buscassem seus direitos. As mulheres avançaram em áreas como arte e literatura, embora a luta por igualdade e visibilidade ainda persista, especialmente nas universidades, onde resquícios patriarcais permanecem. Percebemos que a luta feminina para escolarização foi intensa e aguerrida, mas resultado de um longo processo histórico marcado





por disputas simbólicas, sociais e políticas. No ensino superior não foi diferente, pois o espaço interdito às mulheres, construído sob fundamentos patriarcais que associavam o saber intelectual ao masculino, isolava o acesso a figura feminina.

No século XIX, mesmo nos países centrais, o ingresso de mulheres no ensino superior era visto como uma ameaça à ordem social. Simone de Beauvoir analisa esse contexto afirmando que: “a educação das mulheres foi organizada de modo a confirmar sua destinação para a domesticidade” (Beauvoir, 1949, p. 312). A universidade, portanto, era compreendida como um espaço incompatível com as atribuições femininas.

No Brasil, o processo de entrada feminina na universidade intensificou-se apenas no início do século XX. Saffioti (1976, p. 45) analisa esse movimento como parte da luta contra a “divisão sexual do trabalho que confinou a mulher às ocupações menos prestigiadas e mal remuneradas”. Assim, mesmo quando ingressavam em cursos superiores, as mulheres permaneciam circunscritas a áreas consideradas “extensões do cuidado”, como Pedagogia e Enfermagem.

3. OS CAMINHOS DA PESQUISA

Ainda no curso de Letras, a temática sobre as mulheres despertou curiosidade e desejo de pesquisa. Não somente sobre a história, mas também sobre os desejos, os anseios, as necessidades. Embora hoje já se fale alguma coisa sobre, ainda é muito restrito as informações que se tem a respeito. Nesse sentido, buscou-se apresentar um trabalho sobre a escrita de autoria feminina que pudesse instigar as discussões sobre as mulheres, ao mesmo tempo que trouxesse para o meio acadêmico informações sobre parte dessa história tão cheia de lutas. Quando se fala “parte” refere-se a uma pequena parcela dessa temática, visto que a muito a se falar e não seria possível tratar de tudo apenas dentro de um trabalho de conclusão de curso (TCC). Também por se tratar de um assunto amplo e que está em constante transformação, naquela ocasião, não seria possível abordar muita coisa. Mas o desejo de continuar pesquisando continuou e veio a graduação em Pedagogia, deste modo, outras experiências despertaram o desejo de pesquisa na temática, agora, em uma outra perspectiva, tratando de trazer para a academia a discussão sobre mulheres e educação, mais precisamente, sobre a luta pela permanência das mães no curso de Pedagogia.

Na primeira etapa da pesquisa utilizei da pesquisa qualitativa, e exploratória, com o objetivo de compreender a partir de perguntas estruturadas e aplicadas através de formulário,





sobre os desafios enfrentados pelas mães do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu – FECLI para a permanência delas no curso.

O formulário foi desenvolvido durante a primeira semana de dezembro de 2024 pela plataforma GOOGLE FORMS. A divulgação do mesmo ocorreu durante todo o mês de dezembro, iniciando no dia 17, tendo encerramento para respostas no dia 02 de janeiro de 2025. É importante destacar que o formulário possui 24 perguntas, entre questões objetivas e subjetivas, e todas as questões de preenchimento obrigatório, visando conhecer a realidade, os anseios e os desafios presentes nas histórias dessas estudantes.

Participaram desta pesquisa 16 estudantes - mães regularmente matriculadas no curso de Pedagogia da UECE-FECLI durante o período da aplicação do formulário. O desenvolvimento da pesquisa dividiu-se em duas etapas: inicialmente a pesquisa bibliográfica e em seguida a aplicação de questionário. Vale ressaltar que a pesquisa bibliográfica se dá a partir da necessidade de embasamento teórico sobre determinada temática, afim de entender profundamente a respeito, proporcionando o conhecimento necessário acerca do objeto de estudo. “A pesquisa bibliográfica é primordial na construção da pesquisa científica, uma vez que nos permite conhecer melhor o fenômeno em estudo” (Sousa; Oliveira; Alves, 2021, pg. 65). Uma vez se apropriando da leitura e conhecendo estudiosas que analisam sobre mulheres e educação, partimos para a aplicação do questionário visando conhecer o perfil das mães a partir das respostas coletadas. Segundo Bastos, Sousa, Silva e Aquino, “Os questionários em pesquisas possuem potencialidades e desafios. Ao passo que eles permitem coletar dados de forma prática e eficiente, fornecendo informações valiosas.” (2023, p. 634)

3.1. O território da pesquisa

Iguatu está localizada na região Centro-Sul do Ceará, segundo o IBGE. O nome deriva das palavras que significam "boa água". Originalmente, era habitada pela tribo Quixelôs e, após conflitos com colonizadores, tornou-se Vila Telha, sendo posteriormente elevada à categoria de cidade em 1874, desmembrada de Icó. A cidade é considerada a capital do Centro – Sul tornou-se um polo universitário, tendo um campus da Universidade Estadual do Ceará - UECE e um campus da Universidade Regional do Cariri - URCA, ambas atualmente em funcionamento dentro do Campus Multi-Institucional Humberto Teixeira. Além disso, o município conta com instituições de ensino superior privadas ampliando a oferta dessa modalidade de ensino na região.





A Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu - FECLI é uma das instituições de ensino mais tradicionais e respeitadas do município. Sua criação em 1972 foi resultado de esforços de um grupo de pessoas influentes da comunidade, incluindo o Bispo Dom José Mauro e diversos doutores e professores, que foram essenciais para a implementação do ensino superior na região. Durante esse período, a cidade atraía muitos jovens de municípios próximos em busca de educação técnica, com cursos como Contabilidade e Técnico Agrícola oferecidos na antiga Escola Agrotécnica Federal. Entretanto, havia o anseio pela instalação de uma instituição de ensino superior, levando à criação da Fundação Universitária Centro Sul – FUCS, que se tornou a mantenedora dessa nova universidade. Segundo UECE (2025):

Em 1979, aproveitando o trabalho realizado pela FUCS, e por decisão do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Iguatu Dr. João Elmo Moreno Cavalcante, através da Lei Municipal nº. 558/79 de 24 de dezembro de 1979, complementada pelas Leis Nº559/79 e nº. 1006/80, da mesma procedência, foi criada a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu – FECLI, sob Regime de Autarquia de Natureza Especial.

A Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu - FECLI iniciou o curso de Pedagogia em 1981. Em 1989, tornou-se licenciatura plena e, após enfrentar diversas dificuldades, consolidou-se em 1996. Mesmo quase fechando por crises, o curso se reestruturou, contratou novos professores e ganhou reconhecimento, proporcionando oportunidades como bolsas a alunos. Em 2014, mudou-se para um novo prédio, com melhores condições e um corpo docente ampliado, promovendo um ambiente mais qualificado.

Diante desse percurso, marcado por desafios, lutas e conquistas, o curso de Pedagogia reafirma sua relevância ao acolher diferentes histórias e realidades. Para as alunas mães, em especial, o curso representa a porta de entrada para a emancipação delas através da formação acadêmica oferecida, proporcionando uma possibilidade de transformação social, assim como legitimando sonhos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificadas três categorias para análise. A primeira envolve experiências pessoais sobre conciliação entre curso e maternidade, rede de apoio e organização do curso. A segunda analisa o suporte institucional. A terceira aborda condições econômicas e estigma relacionado a mães no trabalho.

4.1. Dimensões pessoais e familiares





A experiência das estudantes mães no ensino superior configura-se como um fenômeno complexo, sabemos que a conciliação entre estudos, cuidados maternos e, em muitos casos, atribuições domésticas e laborais impõe a essas mulheres uma dinâmica cotidiana marcada pela sobrecarga e por desafios estruturais ainda pouco reconhecidos pelas instituições universitárias.

Ao examinar os dados, percebeu-se que, das 16 mulheres pesquisadas, apenas 4 são casadas, enquanto 9 são mães solteiras. Essa realidade, comum no Nordeste, impõe uma carga pesada sobre essas estudantes. Conforme Silva e Souza (2024), a maternidade durante a graduação compromete tanto o tempo quanto a atenção das alunas, resultando em impactos negativos em sua trajetória acadêmica e emocional. Como consequência, muitas participantes do curso de Pedagogia enfrentam dificuldades no desempenho, levando a repetições de disciplinas ou altas taxas de faltas devido às responsabilidades maternas.

Outro ponto destacado nas questões de pesquisa tem relação com a identificação da rede de apoio para essas estudantes mães. Do universo de 16 estudantes mães pesquisadas, 8 contava com o apoio da família, 2 contavam com o apoio da creche municipal, 8 identificaram não ter rede de apoio. Nessa questão entendemos rede de apoio como “estruturas dinâmicas que emergem das relações comunitárias e potencializam recursos de cuidados e participação social” (Sarriera 2014, p. 87). A pesquisa aponta que a principal rede apoio dessas meninas são os familiares, em específico a mãe, que muitas delas por serem mães solo contam com o apoio da mãe.

O material também identifica que a metade das pesquisadas não tem nenhuma rede de apoio para ajuda nesse momento. Entendemos que sem um suporte institucional ou familiar, essas estudantes podem ter menos sucesso escolar. Essa situação também reforça a desigualdade de gênero, contribui para dificultar o acesso de mulheres aos espaços que sempre foram dominados por homens.

4.2. Dimensões institucionais e pedagógicas

A permanência estudantil é um desafio para estudantes do ensino superior, especialmente para as estudantes-mães. Políticas educacionais que atendem a grupos com demandas específicas são essenciais. Mães universitárias enfrentam barreiras que podem impactar sua continuidade e sucesso acadêmico.

A pesquisa nos mostra que a metade das estudantes pesquisadas (08 estudantes) recebem algum tipo de auxílio ou benefício atrelado as políticas de permanência, mas a outra





metade não recebe nenhum tipo de auxílio. Compreendemos que as políticas de permanência estudantil, quando adequadamente desenhadas para considerar as estudantes-mães, têm o potencial de gerar impactos positivos significativos: promovendo equidade, reduzindo a evasão e valorizando a maternidade como parte da trajetória acadêmica. No caso da ausência dessas políticas a situação impacta diretamente na dedicação dessas estudantes no curso.

Outro dado que nos chama atenção na pesquisa é a questão de a remuneração da bolsa ser somente 10 meses, situação que também impacta no efetivo desempenho universitário. Uma das pesquisadas explica, “A bolsa poderia ser 12 meses pois a minha bolsa é Pbepu⁴ de somente 10 meses, e isso me prejudica, pois nesses meses restantes, fico sem nenhum dinheiro pra pagar moto taxi para levar meu bebe comigo entre outras despesas” (P1). A questão do tempo da remuneração também é um fator que contribui para o movimento dessas estudantes mães em suas jornadas profissionais.

O estudo ressalta a imprescindibilidade de suporte acadêmico para mulheres que necessitam conciliar a educação com as obrigações maternas. Um considerável número de alunas, equivalente a 68% do total, relatou que necessitava transportar seus filhos à instituição de ensino superior; dessa forma, essa prática contribui para reduzir a evasão do curso. Exclusivamente feminino, não oferece opções para tal circunstância. Agregada a essa questão, observa-se a ausência de áreas destinadas às crianças (brinquedoteca, espaços infantis) bem como a viabilidade de o restaurante universitário oferecer suas instalações para os filhos das estudantes mães.

4. 3. Dimensões socioeconômicas e estruturais

O aumento de mulheres com filhos nas universidades questiona a ideia convencional do estudante "ideal", que é jovem e sem obrigações. Mesmo com melhorias legais e apoio estudantil, essas mães ainda enfrentam preconceito e dificuldades institucionais que prejudicam seus estudos, revelando que enfrentam tanto violência física quanto simbólica. Comentários estigmatizantes (por exemplo, associar maternidade com menor comprometimento acadêmico), olhares avaliativos, e discriminação moral (pressuposição de "má gestão da vida" ou irresponsabilidade). Esses episódios geram vergonha, culpa e isolamento social.

Na pesquisa identificamos de forma velada de violência e como essa questão está presente no dia a dia das mulheres. É relevante expor que entendemos por violência simbólica a partir dos estudos de Bourdieu (1998, 68), como a “violência suave, insensível e invisível

⁴ Bolsa de Estudo e Permanência Universitária.





para suas próprias vítimas, exercida essencialmente por vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, assim quando uma estudante mãe expõe a situação a seguir: “Uma vez meu bebê tinha 8 meses e tive que levar ele, a professora se incomodou com o barulho do bebê (não era choro) e fez xiii pedindo silêncio.” (P4). Essa situação, expressa bem o exemplo de violência simbólica com uma situação concreta. Em um curso de pedagogia, uma “docente mulher”, exercer esse ato, só podemos corroborar com Bourdieu (1998, p. 69) que essa violência opera na subjetividade, ou seja, “moldando disposições, gostos, gestos e percepções por meio do *habitus*, de modo que a dominação não é percebida como dominação”.

É relevante mencionar a questão docente, uma vez que 80% das participantes da pesquisa manifestaram a ausência de empatia de certos educadores em relação a essa situação, sendo que muitos demonstram desconforto em relação à presença das crianças no ambiente da sala de aula. Uma das participantes da pesquisa evidenciou que, ao disponibilizar a licença maternidade somente após o nascimento da criança, a universidade não permitiu o exercício desse direito. É plausível deduzir o quão desafiador se revelou para esta estudante mãe administrar suas atribuições.

5. CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Visando trazer as discussões sobre os desafios das mães do curso de Pedagogia da UECE / FECLI, assim como, falar da relevância que tem a entrada dessas estudantes no ensino superior, foi objetivo maior deste trabalho.

A partir desta pesquisa, feita no âmbito acadêmico, podemos constatar que são muitos desafios, inclusive, de invisibilidade, tornando difícil a trajetória acadêmica dessas mães estudantes. Além de ter sido observado que essas estudantes enfrentam preconceitos dentro e fora da universidade, pelo fato de quererem se tornar mulheres empoderadas e protagonistas de seus destinos. Seja por parte da família, ou no ambiente acadêmico, as manifestações, ainda que veladas, remetem a tentativa de deslegitimar seus esforços e minimizar sua presença no meio acadêmico.

Portanto, é importante que a instituição promova a essas mães a garantia a permanência através de bolsas de auxílio, assim como, um ambiente acolhedor e humanizado. É fundamental que exista uma política estudantil que promova a continuidade dos estudos dessas mães e espaços acolhedores para seus filhos. Visto que o acesso ao ensino superior representa um instrumento de transformação social, possibilitando sua autonomia, a





ampliação de oportunidades profissionais e sucessivamente a melhoria de vida para as mães e seus filhos.

REFERÊNCIAS

BASTOS, J. E. de S.; SOUSA, J. M. de J.; SILVA, P. M. N. da; AQUINO, R. L. de. **O Uso do Questionário como Ferramenta Metodológica: potencialidades e desafios**. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 623–636, 2023. DOI: 10.36557/2674-8169.2023v5n3p623-636. Disponível em:

<https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/304> . Acesso em: 20 nov. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

DEL PRIORE, Mary. **Mulheres no Brasil Colonial**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

Silva, N. O., & Souza, D. C. (2025). Mães acadêmicas do ensino superior: um estudo sobre discriminação e abandono acadêmico. *Dialnet*, 22(4), 215-231.

DUARTE, C. L. **Feminismo e literatura no Brasil**. Estudos Avançados [online]. 2003, v. 17, n. 49, pp. 151-172. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300010>. ISSN 1806-9592. Acesso em: 20 nov. 2025.

PEREIRA, A. N.; PINHEIRO, M. S.; FEITOSA, N. A. **Das letras à sala de aula: leitura, escrita, tradução audiovisual, literatura e formação docente**. Iguatu, CE: IFCE, 2021.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Contexto, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

SARRIERA, J. C. Redes sociais e apoio social na psicologia comunitária. In: CAMPOS, H. R. (org.). **Psicologia comunitária: práticas, saberes e perspectivas**. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 77–96.

SILVA, Nazilene Oliveira da; SOUZA, Daniel Cerdeira de. Entre a Universidade e a Maternidade: um Estudo com Mães Acadêmicas do Ensino Superior. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, [S. l.], v. 25, n. 4, p. 880–888, 2024. DOI: 10.17921/2447-8733.2024v25n4p880-888. Disponível em: <https://revistaensinoeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/12665>. Acesso em: 18 nov. 2025.





SOARES, Lorena Muniz. **A política pública da assistência estudantil na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a implementação do auxílio-creche para estudantes mães.** Revista de Estudos Interdisciplinares, v. 5, n. 4, 2022 (último edital 2022).

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos.** Cadernos da FUCAMP, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.

